

**DIREITOS HUMANOS III**

# Enawenê-nawês vítimas de doença misteriosa

*A maior parte das mortes recentes é atribuída à doença, que pode ser fulminante. Fundação Nacional de Saúde prometeu ajuda*

## Rituais sagrados são praticados o ano todo

Enviado especial a Juína

Os índios enawenê-nawê praticam rituais sagrados durante o ano todo, com tal intensidade que o padre jesuíta Bartolomé Meliá, quando visitou os índios em meados da década de 70, chegou a chamá-los de "benedictinos da selva", conforme registra o missionário Thomaz de Aquino Lisboa em seu livro "Os Enawenê-Nawê - Primeiros Contatos".

Conforme explica a equipe da Opan que atua na área, há quatro rituais religiosos ao longo do ano, sendo o "yökwa" o mais longo - os outros são "Ierohi", "salumã" e "kateoku", este com maior participação das mulheres. No "yökwa", batizado por antropólogos de "banquete dos espíritos", os índios dividem-se em dois grupos, um vai para a pescaria e o outro fica na aldeia preparando a comida.

A preparação do ritual pode demorar mais de três meses. Os índios pegam toneladas de peixes nas cinco barragens de bambu que construíram em rios e córregos diferentes na aldeia. O peixe, moqueado (secado), será consumido ao longo da festa na aldeia, junto com mingau de mandioca, milho e outros alimentos. Os índios oferecem a comida a dois tipos de deuses: os "enorê-nawê", que significa algo como gente do céu, e "yakariti", que vivem no subsolo.

A música tem grande significado para a tribo. Há uma casa só para guardar as mais de 300 flautas, dos mais diferentes tamanhos e adornos. Nessa casa, também chamada "casa dos homens", as mulheres são proibidas de entrar. Em sua mitologia, os enawenê-nawê surgiram de uma pedra, quebrada por um pica-pau. Primeiro vieram as mulheres, depois todos se distribuíram por vários rios, formando outros povos.



Os enawenê-nawês estão sendo vítimas de uma doença misteriosa, responsável pela maioria das mortes recentes

Os enawenê-nawê, além de grandes pescadores, são agricultores, com roças de milho, cará e outras culturas. Eles só comem carne branca. A língua é do tronco aruak. Não falam o português e usam palavras a seu modo para as novidades trazidas pelo branco - automóvel, por exemplo, é "malulace", que significa tatu.

A pedagoga Kátia Zorthea, da Opan, estuda a língua com assessoria de um linguista da Unicamp. Já existe um glossário, que deverá evoluir para um dicionário. A partir de agosto de 95, os índios, que eram ágrafos, pediram e conseguiram receber aulas de alfabetização na aldeia de sua própria língua. (R1)

VIDE - VERSO

# Após contato, população myky aumentou

5

56(2)

Enviado especial a Juína

Povo contatado no início da década de 70 por uma equipe de índios e jesuítas, entre os quais Vicente Cañas, os myky também não enfrentam uma redução da população. Na época do contato, eles somavam 22, remanescentes de um massacre de iraxe ocorrido por volta de 1910 na aldeia do Tapuru.

Os mykys, habitantes de matas, são tidos como parentes diretos dos iraxe, que vivem no cerrado. O grupo, que passou décadas distante dos iraxe após o massacre, hoje habita uma área de 47 mil hectares, em Brasnorte, e soma 67 indivíduos.

A irmã da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, Elisabeth Rondon Amarante, neta do marechal Cândido Rondon e ex-vice-presidente nacional do Cimi, vive desde 1979 entre os myky, seguindo ideais de respeito às tradições indígenas.

José Luiz Medeiros/DC



Irmã Elisabeth Rondon Amarante

Elisabeth Rondon Amarante



Índios mykys jogam o ajái com bola feita de leite de mangaba, só tocada de cabeça

Segundo Elisabeth — chamada pelos índios de "Jurusi" (pronuncia-se "iurucl", nome mitológico do paco) — um dos maiores desafios para o povo hoje é encontrar formas de sustentação. A pesca e a caça estão escassas. No Rio Papagaio, o mais procurado, os peixes estão sumindo ano a ano, confirma o cacique Janáxi, de 42 anos estimados. A demarcação das terras, feita de forma rápida para evitar mais prejuízos à tribo, acabou deixando muitas áreas que os índios reconhecem como suas, como pontos de castanhal e tucum. "Eles dizem que hoje está muito apertadinho", diz Elisabeth.

Outra preocupação é com a saúde. A aldeia registra casos de gripe, pneumonia, bronquite e verminose, que já provocaram a morte de quatro crianças. O Cimi está viabilizando mais dois profissionais na área de saúde.

O contato com a sociedade envolvente e inclusive com outras tribos, que ostentam bens materiais e trazem uma visão mais materialista, consumista, ainda não

conseguiram abolir as manifestações culturais do povo myky. Como o jogo de "ajái" (pronuncia-se "anhái"), uma bola feita de leite de mangaba, que só deve ser tocada de cabeça. O time que deixar cair a paga o erro em espigas de milho.

Os índios praticam rituais sagrados. O principal é na época da derrubada de árvores, quando os homens praticam o canto da "yetá", transformando-se em espíritos, segundo sua crença.

Segundo o mito dos mykys, eles saíram de uma pedra e caminharam para onde mora Nahi (pronuncia-se "narri"), o grande espírito, uma grande casa onde estão todos os antepassados mortos. Segundo narra Elisabeth, uma das danças mais belas dos mykys é quando os índios, caminhando em círculos, representam a caminhada do povo. "Os mais velhos dizem que, se pararem de caminhar, pára a história", conta Elisabeth. (RV)

# Principal testemunha vive na aldeia myky

Enviado especial a Juína

O missionário Thomaz de Aquino Lisboa, 61 anos, prepara-se para uma grande alegria de sua vida na próxima semana: ver o filho, Tupi, de 8 anos, receber os rituais de iniciação do povo myky. Por 15 dias, o garoto ficará numa cabana com o cacique mais velho da tribo, que lhe contará os segredos, rituais e mitos do povo.

A iniciação de Tupi é uma marca da dedicação do missionário ao povo indígena, com quem fez o primeiro contato em 1971 pela Missão Anchieta. Após lutar e conseguir a demarcação do território junto com outros órgãos e entidades indigenistas, autor de dois livros, ex-coordenador estadual do Cimi, ele vive na aldeia há mais de 20 anos. Ali casou-se com uma índia, Njãkau (diz-se "inhãcaú"), com quem teve Tupi. Na tribo ganhou o nome de "Jauka" (pronuncia-se "iatuca").

Após a morte do irmão Vicente Cañas — que ele frisa ter sido seu melhor amigo —, os amigos missionários notaram que Thomaz mudou seu humor e sua forma de comunicação com os "brancos", mudança acelerada pela decisão de trocar o clero pela vida conjugal, refletida arduamente durante quatro anos. Hoje, Thomaz é de uma franqueza desconcertante.

Na audiência da última terça-fei-

José Luiz Medeiros/DC



Missionário Thomaz de Aquino Lisboa

ra, onde ele foi testemunhar no processo, a juíza Marilza Vitória teve que exercitar sua paciência ante os arroubos do missionário, que chegou a cantarolar durante o depoimento. Em outro trecho, respondeu às perguntas com voz em falsete, o que levou a juíza a adverti-lo de que aquilo não era uma brincadeira.

Depois, parou a audiência para perguntar à juíza sobre detalhes de um quadro na parede da sala. As atitudes deram munção à defesa dos

acusados. Após a audiência, Thomaz disse que considerava muitas perguntas já respondidas no processo por ele, ouvido que foi em diversas etapas, daí sua impaciência. Uma pergunta do advogado de defesa, por exemplo, era saber se havia banheiro no lado de fora do barraco onde foi achado corpo de Vicente. Thomaz respondeu que não: "O pessoal cagava no mato mesmo".

De todo o seu longo depoimento, de cinco horas e 40 minutos de duração, surgiram detalhes relevantes, como o fato de garantir ter visto, no barraco onde foi achado o corpo do irmão Vicente, 10 velas queimadas ao mesmo tempo, num banquinho de madeira. O missionário garantiu que nem Vicente, nem os índios enawên-nawê utilizam velas.

Outro dado foi uma conversa que ele teria tido com o fazendeiro Pedro Chiquetti, hoje réu no processo, na Paróquia do Rosário, em Cuiabá, anos ou meses antes do crime (não lhe foi perguntada a data correta).

Conforme Thomaz, o fazendeiro acusava "os padres" de estarem por trás das tentativas de demarcação da Área Indígena Salumã. O missionário também revelou que tanto Vicente quanto ele, passaram a tomar diversas precauções, como nunca andar de barco perto das margens dos rios. (RV)

2

**RUBENS VALENTE**

Enviado especial a Juína

O crescimento populacional, uma doença desconhecida que só ataca os índios e pode matar em até 24 horas, dificuldades para a vacinação, assédio da sociedade envolvente, são os problemas tão diversos quanto complexos que hoje representam desafios para o futuro do povo enawenê-nawê.

Após a morte do jesuíta Vicente Cañas, a Opan (Operação Amazônia Nativa), Ong fundada por um grupo de leigos e padres há 28 anos, com oito projetos em andamento em Mato Grosso e Amazonas, assumiu o atendimento do povo indígena.

Hoje são quatro integrantes no trabalho direto na aldeia: a auxiliar de enfermagem Cleacir Alencar Sá, 34, a pedagoga Kátia Silene Zorthea, 28, o sociólogo Pedro Henrique Passos, 26, e o técnico agrícola Floriano Lins da Silva Jr.

Os integrantes da Opan que recebem no máximo cinco salários mínimos mensais — passam meses inteiros na aldeia, participam dos rituais, estudam e praticam a língua e prestam atendimento em quatro áreas básicas: saúde, educação, terra e economia. Cleacir Sá conta que o contato que a aldeia dos enawenê-nawê foi um dos poucos que não resultou em diminuição da população.

Em 28 de julho de 74, quando houve o primeiro contato com uma equipe formada por CaNas, missionário Thomaz Lisboa, três índios nhambiquara, Roberto, Zezinho e Baiano, e um iranxe, Tupxi, havia 96 índios. Hoje, a aldeia conta 270. "Apesar de 23 anos de contato, não houve de população", diz Pedro Passos, que está há dois meses na área, após trabalhar na área dos parecis.

Um quadro muito diferente, por exemplo, do experimentado em outras aldeias como a dos rikbaktsa, cujo número à época do contato, 800, caiu para 250 cinco anos depois. O aumento do povo enawenê-nawê, embora muito bem-vindo, impõe novas avaliações para a equipe da Opan, já que se supõe problemas com alimentação e locomoção pelo território.

Na área da saúde, a maior preocupação é uma doença ainda não identificada, responsável por quase 80% dos óbitos nos últimos oito anos. De 89, quando Cleacir chegou à aldeia, até janeiro de 96, 22 índios morreram pela mesma causa.

Nas crianças e adultos, a doença se manifesta de forma se-

melhante: uma dor intensa na região epigástrica, paralisia intestinal e febre alta. Já houve recém-nascido que morreu em menos de 12 horas.

A equipe tentou várias formas de identificar a doença, com ajuda até do Instituto Fiocruz, no Rio de Janeiro. A Fundação Nacional de Saúde (FNS) de Cuiabá ficou de ajudar, mas até agora não liberou a verba necessária. Ainda na saúde, a Opan enfrenta dificuldades para fazer as vacinações periódicas: a equipe precisa ir até Cuiabá pegar as doses na FNS.

A aldeia já sofreu um surto de malária, em 90, que atingiu 100% dos índios e deixou dois mortos. A doença não foi erradicada, mas hoje é considerada sob controle. A malária chegou a aldeia após um contato com índios rikbaktsa, próximo à balsa do Rio Juruena.

Na parte da defesa do território — demarcado, de forma rara, a partir de indicações dos próprios índios —, um dos grandes problemas é o assédio da sociedade envolvente. As fronteiras agrícolas e de desmatamento estão se ampliando na região noroeste, a partir do Chapadão dos Parecis, e parece, para a Opan, que está no momento de se resguardar ainda mais o território, para evitar futuras invasões.

Os enawenê-nawê mantêm contato com outros povos que já estão envolvidos na retirada ilegal de madeira, como os cintas-largas, de Juína, aliás, seus antigos inimigos. Esse exemplo negativo é potencialmente atrativo para os índios, por conta das vantagens trazidas pela corrupção, bens como camionetes, barcos e roupas.

O trabalho da Opan e da Funai tem sido mostrar aos índios que as vantagens são ilusórias e vão significar a destruição do território. Até agora, ressaltando-se a postura firme das mulheres da aldeia, os enawenê-nawê têm resistido às pressões.

Hoje há um não-índio ocupando parte do território, na região conhecida como Roda d'Água, onde instalou um restaurante. Em sucessivas vitórias feita por Opan e Funai de Cuiabá, o ocupante já foi advertido a se retirar do local, mas segundo a Opan, ele resiste e pede uma indenização.

O último prazo para ele sair, de 20 dias, venceu na semana passada e até na última quarta-feira, a equipe da Opan não sabia se ele havia atendido a ordem.

"O trabalho da Opan na área deve continuar por muito tempo, para garantir o futuro do povo", disse Cleacir Sá.